



A SOLIDARIEDADE SOB O VÉU NEOLIBERAL

Janaina Lopes do Nascimento Duarte¹
Helen Talita Santos Nunes²

RESUMO:

Este artigo trata da solidariedade inserida na dinâmica capitalista, especialmente sob o comando neoliberal, como uma temática essencial para a contrarreforma do Estado, que transfere responsabilidades estatais para o “terceiro setor”. O objetivo deste texto é problematizar o real sentido da solidariedade no neoliberalismo, considerando que ela está necessariamente situada em um espaço de disputas entre projetos societários e, por isso, atende a determinados interesses. Alguns resultados indicam que: a “solidariedade” neoliberal é um meio de refilantropização do enfrentamento da questão social e fortalece o consenso às alterações necessárias para manutenção da hegemonia do capital.

PALAVRAS CHAVE: Solidariedade. Neoliberalismo. “Terceiro Setor”.

ABSTRACT:

This article is about solidarity inserted in the capitalistic dynamic, especially under the neoliberal command, as an essential thematic for the counter reform of the State, which transfers State’s responsibilities for the “third sector”. The objective of this text is to discuss the real meaning of solidarity inside neoliberalism, considering that it’s necessarily situated in a place of dispute between societal projects and, because of it, serves to certain interests. Some results indicate that: the neoliberal “solidarity” is a way to return to philanthropy of the social’s question confront and strengthens the consensus for the necessary changes to maintain the hegemony of capital.

KEY WORDS: Solidarity. Neoliberalism. “Third Sector”.

¹ Mestre. Universidade de Brasília (UnB). E-mail: jana.lopesduarte@gmail.com

² Bacharel. Secretaria de Saúde do Distrito Federal. E-mail: helen.nunes.as@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

A partir do processo de crise e reestruturação do capital pós-1970 – por meio da ofensiva neoliberal – ganha fôlego no mundo capitalista, a tendência de privatização da proteção social, com respostas principalmente: 1) no âmbito do mercado; e/ou 2) no campo da “solidariedade”³, por meio da caridade, ajuda mútua, compaixão.

No Brasil, as décadas de 1980 e 1990 são marcadas pela disputa de diferentes projetos societários: a redemocratização – com a garantia de direitos – e a contrarreforma do Estado. Tal conjuntura transforma a solidariedade coletiva (presente na Constituição de 1988 e marcada pela universalidade e equidade de direitos), em uma “solidariedade” interclasses que desresponsabiliza o Estado, oculta a luta de classes e repassa responsabilidades com o social para a esfera do “terceiro setor”⁴, reforçando o fenômeno da solidariedade.

Assim, nosso objetivo é problematizar o real sentido da solidariedade no contexto neoliberal, considerando que ela necessariamente está situada em um espaço de disputas entre projetos societários e, por isso, atende a determinados interesses⁵.

Para contribuir com o debate crítico e contemporâneo sobre a solidariedade, mas sem a pretensão de esgotar o tema, buscaremos: compreender como a temática foi apropriada no Estado de Bem-Estar Social e a sua transmutação para se adequar ao Estado neoliberal, particularmente no Brasil a partir da contrarreforma, considerando a transferência de responsabilidades para o “terceiro setor”; e, a seguir, explicitar breves considerações sobre o significado da “solidariedade” neoliberal como meio de refilantropização do enfrentamento da questão social e fortalecimento do consenso às alterações necessárias para manutenção da hegemonia do capital.

³ O termo será apresentado entre aspas quando se referir à “solidariedade” neoliberal, que distorce o sentido da solidariedade como sinônimo de igualdade e universalidade, inerente à classe trabalhadora.

⁴ Utilizaremos entre aspas, significando que não o apreendemos como “setor”, mas como um padrão de respostas ou uma nova modalidade de trato à questão social em tempos de reestruturação capitalista.

⁵ É oportuno considerar que este texto é parte integrante de um trabalho de conclusão de curso na graduação em Serviço Social, defendido em 2011 na Universidade de Brasília (Distrito Federal).



2 A SOLIDARIEDADE ENTRE O ESTADO DE BEM-ESTAR E O NEOLIBERALISMO

O termo solidariedade tem sido utilizado pelos mais diversos sujeitos e grupos vinculados a diferentes projetos societários e, conseqüentemente, elucidando diversos entendimentos. Por isso, a solidariedade é uma temática que pode ser utilizada tanto como estratégia de resistência da classe trabalhadora e enfrentamento às ameaças à violação dos direitos humanos e sociais; como também pode ser manipulada para fins que interessem ao modo de produção capitalista.

Por ser um termo que é facilmente associado a princípios humanistas – como compaixão, amor ao próximo, caridade, ajuda mútua, dentre outros – ao longo do desenvolvimento capitalista, a solidariedade cristã foi utilizada como meio de justificar as relações desiguais da sociedade burguesa, ou seja, a polarização crescente entre produção coletiva e apropriação privada da riqueza social.

No período do capitalismo concorrencial, a intervenção do Estado sobre as desigualdades sociais variava de ações repressoras e hostis a ações caridosas e assistencialistas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). Já na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, há uma alteração significativa na dinâmica social burguesa: o Estado opta por ceder a algumas demandas da classe trabalhadora por meio de políticas sociais.

Pereira (2008) explica que, a contínua luta dos trabalhadores pela melhoria de suas condições de trabalho e existência favoreceu a expansão da cidadania das esferas civil e política para a social, requerendo políticas sociais⁶ como direitos devidos. Além disso, a economia capitalista estava atolada numa depressão e instabilidade, precisando encontrar uma “tábua de salvação”. Deste modo, por uma questão de sobrevivência do capitalismo, o Estado transita de liberal, nos anos 1940, para um Estado de Bem-Estar Social, – cujo cerne é uma solidariedade que identifica o Estado como um agente assegurado de direitos e provedor das necessidades sociais – reorganizando suas

⁶ Interessante notar que, conforme afirma a autora (idem, p. 86), a política social não é apenas um mecanismo de regulação, mas sim um processo dinâmico resultante da luta de classes.



funções e relação com a sociedade em prol dos interesses da burguesia daquele contexto.

Viana (1998) afirma que, mesmo sendo uma jogada planejada do capital, há um clima de solidariedade presente no *Welfare State*⁷, pois nele “a sociedade se solidariza com o indivíduo quando o mercado o coloca em dificuldades”. O Estado de Bem-Estar assume a proteção social como direito de todos, pois as necessidades sociais já não são meramente individuais e sim, responsabilidade pública. Ainda que a incorporação de demandas sociais fosse estratégica para o capital naquele momento histórico, é incontestável o ganho da classe operária. Portanto, a solidariedade aqui apresentada é aquela que promove a democracia a partir do reconhecimento da universalidade dos direitos sociais.

Já no final dos anos 1960, além da impossibilidade de permanência no ciclo expansionista do capital, as lutas de classes passavam a minar a base do domínio capitalista. Assim, o capitalismo inicia mais um processo de crise⁸ e se reorganiza a partir de uma série de ajustes e “transformações societárias”⁹ (NETTO, 1996, p. 87) que deflagram novas tensões entre as classes.

Pereira (2004) esclarece que o processo de transição do Estado de Bem-Estar Social para o neoliberalismo é reconhecido nos países de capitalismo central como *pluralismo de bem-estar*. É considerado o período de substituição do modelo keynesiano/beveridgiano de bem-estar – que tinha no Estado o ator central – para outro modelo, pós-keynesiano/beveridgiano, que visava quebrar a centralidade do Estado. Este passaria a fazer parte de um esquema plural ou misto na condição de corresponsável ou parceiro: o Estado compareceria apenas com seu recurso de poder; o mercado com o dinheiro e o “terceiro setor” com a “solidariedade”. Assim, parte considerável dos ganhos

⁷ Cabe ressaltar que o *Welfare State* não foi implementado de maneira uniforme ou homogênea, sendo possível identificar diferentes regimes conforme o contexto histórico de cada país.

⁸ Mészáros (2011) afirma que esta crise iniciada no final da década de 1960 e início da de 1970 persiste até hoje por tratar-se de uma crise estrutural global do capitalismo e não de mais uma de suas crises cíclicas; a diferença é que a periódica ou conjuntural desdobra-se e é mais ou menos resolvida com sucesso dentro da estrutura estabelecida, enquanto a crise estrutural afeta a própria estrutura em sua totalidade, sendo muito mais destrutiva.

⁹ Para Netto (1996, p. 87), as transformações societárias se expressam e se articulam a partir da reestruturação produtiva, das mudanças no trabalho e do perfil de atuação do Estado, que “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc.”.



obtidos pela classe trabalhadora durante o *Welfare State* – mesmo nos limites capitalistas – agora estão comprometidos e fragilizados.

Importante destacar que, neste contexto, a solidariedade assume um sentido bem diferente daquele presente no *Welfare State*: os antigos mecanismos estatais produtores de solidariedade, como o sistema de seguros sociais, neste momento, estão desintegrando-se e o capital está recuperando o sentido de responsabilidade individual, estimulando a concepção de uma “solidariedade” para com todos, sem distinções, que carrega um sentido ideológico de aliança política e de colaboração interclasses (GUSMÃO, 2000). A política social é utilizada como um mecanismo que congrega esforços do setor público, dos atores coletivos e dos indivíduos, com a preocupação central de criar consensos favoráveis às transformações sócio-históricas.

Neste momento, a rede de “solidariedade” é apresentada como instrumento de descentralização do Estado e uma via mais ágil e simples de prestação de ajuda aos necessitados (PEREIRA, 2004), sendo que, neste caso, a descentralização é sinônimo de desresponsabilização estatal e culpabilização dos indivíduos.

Nota-se que este rearranjo da função do Estado se constitui como uma estratégia reformista e ideológica, cujo grande risco é tornar o Estado um agente de “bem-estar exclusivamente para os privilegiados e ser, [...] não apenas residual, mas também algoz dos pobres, fazendo uma perversa passagem da providência para a penitência” (PEREIRA, 2004, p.144-5).

Para os neoliberais, o bem-estar está associado ao mérito individual e não aos direitos de cidadania; sua ideologia não leva em conta categorias como justiça distributiva, direitos e necessidades sociais; seus conceitos de descentralização e participação são sinônimos de privatização das políticas públicas. Para eles, os verdadeiros agentes do bem-estar são: mercado, família, indivíduo e instituições voluntárias. Segundo Soares (2009, p. 72, grifos da autora), as populações que eram “bem ou mal assistidas anteriormente, passaram a ser totalmente *desassistidas* pelo poder público. Ou seja, produz-se um *Estado de Mal-Estar*”.



No Brasil, os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico¹⁰, mas também são lembrados como um período de grandes conquistas democráticas, particularmente com a Constituição Federal de 1988¹¹ que pretendeu contrariar a tendência neoliberal, contemplando avanços inéditos e recuperando a solidariedade como meio para alcançar a universalidade de direitos, conforme aponta Gusmão (2000, p. 95, grifos da autora):

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 teve como valor implícito aos seus princípios a ideia da *solidariedade*. Na área da Seguridade Social, que valor fundamentaria a ideia de universalidade de cobertura; de uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; de equidade na forma de participação no custeio; de democracia e descentralização político-administrativa, senão a *solidariedade*?

Entretanto, este contexto coincidiu com o aprofundamento dos processos desencadeados internacionalmente, que punham o *Welfare State* em questão e que, por isso, atacavam fortemente os mecanismos de regulação estatal. Assim, as possibilidades de efetivar o essencial da Constituição tornavam-se problemáticas, considerando a assincronia entre os postulados que orientavam a Carta Constitucional e as tendências neoliberais nos países centrais (NETTO, 1999).

O Brasil, então, fez uma opção política em favor do capital e integrou-se à ordem econômica mundial. A saída neoliberal rumo à reestruturação do capital foi especialmente concretizada na década de 1990, durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da contrarreforma do Estado e materializado por intermédio do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado.

Nota-se que para os formuladores da contrarreforma, “reformular” o Estado significava, essencialmente, uma transferência de responsabilidades do setor público para o privado, com destaque para o “terceiro setor”, sob o pretexto de redefinir o papel do

¹⁰ Ocorreu um verdadeiro estrangulamento da economia latino-americana, que obteve indicadores catastróficos (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

¹¹ É oportuno dizer que a Constituição refletiu a disputa de hegemonia que ocorria naquele momento histórico, pois o texto constitucional contempla importantíssimos avanços, como os direitos sociais, mas também carrega traços conservadores na ordem econômica.



Estado¹². Aqui os direitos de cidadania são vistos como regalias ou vantagens e as políticas sociais – universais, não contratualistas e constitutivas de direito dos cidadãos – são as responsáveis por propiciarem o esvaziamento dos fundos públicos.

As organizações sociais do “terceiro setor” se converteriam no tipo de instituição central para o desempenho das atividades sociais, sendo criadas leis de incentivos para elas, para atividades empresariais filantrópicas, para o serviço voluntário, dentre outros, desenvolvendo uma relação de “parceria” com o Estado. Na verdade, há um caráter substitutivo e não complementar nestas supostas parcerias, ocorrendo um abandono das redes públicas capazes de oferecer serviços de fato universais. São estimulados e oferecidos pelas instituições sociais, serviços fragmentados, seletivos, emergenciais e provisórios. Além de tudo, infunde-se a ideia de que todos possam se ajudar e superar juntos a crise, sem distinção de classes e interesses. Esta é a “solidariedade” neoliberal que precisa ser desmascarada.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O SIGNIFICADO DA “SOLIDARIEDADE” NEOLIBERAL

Em sua fase atual, nada mais interessante para o capitalismo que resgatar a solidariedade. O próprio Estado clama para que este valor esteja presente nos cidadãos com o intuito de legitimar sua desresponsabilização ante os direitos sociais.

Segundo Bonfim (2010), há uma necessidade de estabelecer padrões de comportamento que dêem suporte ao momento atual do capitalismo, resgatando os valores cristãos de amor ao próximo e ajuda mútua que propaga a falsa ideia do fim da luta de classes. Ou seja, é interessante para o capital descaracterizar a solidariedade na sua essência crítica, apropriando-se do termo a serviço dos seus interesses políticos e ideológicos.

A solidariedade agora não mais remete a uma mútua dependência e colaboração entre os trabalhadores semelhantes e sim a uma “solidariedade” interclasses,

¹² Para Bresser Pereira (1997), idealizador da “reforma” do Estado, o desenvolvimento econômico e social ocorrido durante os “anos de ouro” foi fruto de um crescimento distorcido, desaguando em uma crise do Estado, “uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social” (idem, p.9).



cujo objetivo é ocultar as relações de exploração e conviver harmoniosamente com as desigualdades sociais:

O que poderia ser mais conveniente do que a *ideologia da solidariedade interclasses*, que coopta amplos setores intelectuais e populares e não apresenta saídas à humanidade a não ser o convívio “solidário” entre classes desiguais, nas sociedades dominadas pelo mercado? (GUSMÃO, 2000, p. 98, grifos nossos).

Assim, esta “solidariedade” disfarçada de generosidade, amor ao próximo, compaixão é um elemento necessário para a atual fase de reestruturação do capital e fincou raízes no Brasil. Por isso, tornou-se um tema recorrente nos meios de comunicação, na academia, nos discursos políticos, nos ambientes de trabalho, nos projetos governamentais, na internet, nos telefonemas quase diários recebidos nas residências solicitando doações. A “solidariedade” tem sido propagada como remédio para os males sociais, políticos e econômicos.

O verdadeiro fenômeno que se constitui é a configuração de uma nova modalidade de trato à questão social, viabilizada por meio do “terceiro setor” (MONTAÑO, 2008), com claros objetivos político-ideológicos: 1) retirar e esvaziar a dimensão do direito universal do cidadão; 2) desmobilizar politicamente a população excluída, obscurecendo o processo de desmonte de direitos sociais e, assim, fragilizando a resistência da classe trabalhadora; e 3) criar uma cultura de autoculpa e individualização, sedimentando a lógica da “solidariedade” e remercantilização no trato da questão social na atualidade.

A realidade é que a “solidariedade” neoliberal se constitui como um meio de refilantropização do enfrentamento da questão social, pois mascara o novo para preservar o velho, transforma direitos em ajuda, em favor, em ação solidária, em participação da sociedade civil organizada, ou seja, em ações que terminam por ampliar a desigualdade e comprometer o poder de luta da classe trabalhadora.

É dessa forma que “solidariedade” torna-se um termo apropriado e funcional ao projeto neoliberal na sua nova modalidade de trato da questão social, reforçando cada vez mais a lógica da concessão, no que tange as políticas sociais, pela via privada e, portanto, fortalecendo o consenso às alterações necessárias para manutenção da hegemonia do capital em tempos de crise e reestruturação.



É preciso resistir à lógica neoliberal, aos seus apelos de cunho emocional e religioso, voltados para o particular, para a caridade e para a filantropia, mantendo os cidadãos numa postura passiva diante da barbárie social. É fundamental questionar, problematizar, enfrentar a redução de direitos sociais, de maneira lúcida e crítica.

Por isso, é também imprescindível incentivar a organização de segmentos da sociedade, vinculados aos reais interesses da classe trabalhadora, que reproduzam uma solidariedade fundada no reconhecimento e na expansão de direitos e da dignidade do ser humano. Esta solidariedade que fortalece e torna os trabalhadores resistentes às constantes ameaças e formas de exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo, Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BONFIM, Paula. **A cultura do voluntariado no Brasil: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade**. São Paulo, Cortez, 2010.

GUSMÃO, Rute. **A ideologia da solidariedade**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 62, 2000, p. 93-112.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28. ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2009.

MÉSZÁROS, István. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. In: **II Encontro de São Lázaro**. Conferência de abertura. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Bahia, UFBA, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 5.ed. São Paulo, Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 50, 1996, p. 87-132.



PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado nos anos 1990: lógica e mecanismos de controle. In: **Cadernos MARE da Reforma do Estado**. Brasília, DF: Ministério da Administração e Reforma do Estado. vol. 1, 1997, p. 7-57.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (org.). **Política social: alternativas ao neoliberalismo**. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social. Universidade de Brasília. Brasília, UNB, 2004. p. 135-159.

_____. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo, Cortez, 2008.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2009.

VIANA, Werneck. **A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro, Revan, 1998.